

Processo Administrativo Licitatório: 1º Aditivo Modalidade – Dispensa n° 001/2022

Contrato Original nº 004/2022

1° PRIMEIRO TERMO ADITIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O **PREVIDÊNCIA** DE INSTITUTO MUNICIPIO DE LUCENA-PB E DO OUTRO LADO A EMPRESA LEMA ECONOMIA & FINANÇAS, NAS FORMAS E CONDIÇÕES ABAIXO.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE LUCENA, sediado na Rua João Monteiro de S. Falcão, 851, Centro - Lucena - PB, CNPJ nº 04.896.266/0001-15, neste ato representado Pela Senhora Presidente Thais Emília Diniz Mendes de Araújo Costa, Brasileira, Casada, CPF nº 025.090.294-01, Carteira de Identidade nº 2214693 SSDS/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa LEMA ECONOMIA & FINANÇAS, com CNPJ: 14.813.501/0001-00, localizado na Rua Avenida Aldeota, Fortaleza-PB, neste ato, denominado CONTRATADA, vem perante este instrumento, celebrar, 1°TERMO ADITIVO, mediante as disposições constantes nas cláusulas abaixo.

CLÁUSULA I – DO OBJETO:

O presente Instrumento de TERMO ADITIVO tem o objeto o acréscimo contratual do instrumento contratual nº 004/2022, oriundo da Dispensa nº 001/2022.

CLÁUSULA II – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente instrumento parte da fundamentação constante no Artigo 57 -Inciso 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, consubstanciado com o que preconiza a CLÁUSULA pertinente do Contrato Inicial.

CLÁUSULA III - DO PRAZO:

O prazo deste contrato fica acrescido em mais 12 meses, ficando sua vigência até o dia 11 de março de 2024.

CLÁUSULA IV - DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As demais clausulas do contrato inicial permanecem inalteradas.

LEITAO ROCHA:0114 R 8993398

CLÁUSULA V - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Lucena - PB, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da execução ou inexecução do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.



E por estarem, assim, justos e contratados, obrigando-se a cumprir todas as condições contidas neste Contrato, as partes pactuadas assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas presentes e abaixo nomeadas para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Lucena-PB, 10 de março de 2023

THAIS EMILIA DINIZ
MENDES DE ARAUJO
COSTA:02509029401
Dados: 2023.03.10 14:27:02 -03'00'

THAIS EMÍLIA DINIZ MENDES DE ARAÚJO COSTA PRESIDENTE IPML CONTRATANTE

VITOR LEITAO

Assinado de forma digital por VITOR LEITAO VITOR LEITAO VITOR LEITAO VITOR LEITAO ROCHA:01148993398 ROCHA:01148993398 Dados: 2023.03.10 14:35:20-03'00'

LEMA ECONOMIA & FINANCAS CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

da glipa Neto

CPF: 103, 586.064-38

NOME:

CPF: 056.805. 414-83



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

CNPJ: 14.813.501/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:21:52 do dia 02/12/2022 <hora e data de Brasília>. Válida até 31/05/2023.

Código de controle da certidão: B9A4.7B3C.1BB5.113F Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais

202302686955

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE		
Inscrição Estadual: ************************************		
CNPJ / CPF:		
14813501000100		
RAZÃO SOCIAL:		

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de Inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 01/02/2023 ÀS 14:04:13 VÁLIDA ATÉ 02/04/2023

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br





SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS COM EFEITO DE NEGATIVA

Certidão Nº 2023/5771

CPF/CNPJ: 14.813.501/0001-00

Nome ou Razão Social: MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Endereço: AV SANTOS DUMONT 3060 719/ 721 ALDEOTA CEP 60150-162

Certificamos, para os devidos fins que o requerente acima qualificado, possui:

1. Crédito Tributário suspenso por parcelamento ou acordo adimplente

Conforme disposto no artigo 206 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 - CTN este documento produz os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais por existirem débitos somente nas condições especificadas.

Fortaleza, 6 de Janeiro de 2023 (15:22:39)

Certidão expedida gratuitamente com base no decreto 13.716, de 22 de dezembro de 2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço eletrônico da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN em www.sefin.fortaleza.ce.gov.br.

Válida até 06/04/2023

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN CADASTRO DE PRODUTORES DE BENS E SERVIÇOS - CPBS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 270148-0

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA INÍCIO ATIVIDADE NO MUNICÍPIO 14/12/2011

NOME / RAZÃO SOCIAL

MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

CPF/CNPJ 14.813.501/0001-00

NOME DE FANTASIA

LEMA ECONOMIA & FINANCAS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL / OCUPAÇÃO

702040001 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS / OCUPAÇÕES

859960401 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

620230001 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS

620230002 - LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS

821999901 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO

ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

823000101 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇOES E FESTAS 661939999 - OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS NÃO ESPECIFICADAS

ANTERIORMENTE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

TIPO DE ESTABELECIMENTO

MATRIZ

LOGRADOURO

AV SANTOS DUMONT, 3060

CEP

COMPLEMENTO **721/719**

121//13

BAIRRO

ALDEOTA

60150-162

MUNICÍPIO FORTALEZA

UF **CE**

SITUAÇÃO CADASTRAL

REGIME DE TRIBUTAÇÃO

SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

ATIVA

NORMAL

11110

NÃO

OPTANTE DO SIMEI NÃO OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL

NÃO

DATA DA OPÇÃO NO SIMPLES / SIMEI

DATA DE CADASTRO NA SEFIN

21/05/2012

EMITIDO VIA INTERNET EM 01/02/2023 ÀS 14:07:03

http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 14.813.501/0001-00 Certidão n°: 4742708/2023

Expedição: 01/02/2023, às 14:13:30

Validade: 31/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 14.813.501/0001-00, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

14.813.501/0001-00

Razão

MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Social: Endereço:

AV SANTOS DUMONT 3060 SALA 719 SALA 721 / ALDEOTA / FORTALEZA /

CE / 60150-162

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:08/02/2023 a 09/03/2023

Certificação Número: 2023020801381923086916

Informação obtida em 09/02/2023 08:52:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





Estado da Paraíba **MUNICIPIO DE LUCENA** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURIDICO - ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2022

DESPACHO DA CONSULTORIA JURÍDICA PARECER JURIDICO

Da: Assessoria Jurídica do IPML

A: Comissão Permanente de Licitação e/ou Pregoeiro e Equipe de Apoio

Assunto: Parecer Jurídico de Termo Aditivo

Após análise da peça técnica de aditamento ao contrato inicial que se inserem na presente licitação sob a modalidade Dispensa de licitação nº 001/2022, consequentemente gerado o respectivo Contrato Administrativo nº 004/2022, objetivando o aditamento de prazo do contrato supracitado, atesto pela legalidade do instrumento, posto que o mesmo encontra-se em perfeita consonância com a Lei de Licitações, Lei Federal nº. 8.666/93, Artigo 57, § 2 in verbis:

"II - à prestação de serviços a serem executados de forma continua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;"

Como se vê, o instrumento de aditamento do contrato, já claramente previsto no estatuto das licitações, demonstra nitidamente que, nos casos de prestações de serviços continuados, é permitido tais aditamentos explicitados na respectiva lei, como é o caso em questão, estando dentro do processo legal, cumprindo todas as formalidades exigíveis pela lei de licitações. Sendo assim, acertadamente opino que, adotem as medidas cabíveis, com vistas à concretização do termo aditivo, com observância aos princípios constitucionais da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, como determina o art.41 da Lei nº. 8.666/93, e



Estado da Paraiba MUNICIPIO DE LUCENA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL ASSESSORIA JURÍDICA

posteriores alterações, com total eficácia objetivando ao atendimento da economicidade sempre.

É o parecer S. M. J.

Lucena-PB, 02 de março de 2023.

ASSESSORIA JURÍDICA

Débora dos Santos Alverga OAB/PB - 26.959



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 27/03/2023 às 12:36:27 foi protocolizado o documento sob o Nº 33155/23 da subcategoria Termo Aditivo de Contrato , exercício 2023, referente a(o) Instituto de Previdência Municipal de Lucena, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Thais Emilia Diniz Mendes de Araujo Costa.

Nº de Ordem do Aditivo: 1º Aditivo

Data da Assinatura do Aditivo: 10/03/2023 Data de Publicação do Aditivo: 13/03/2023 Tipo do Aditivo: Aditivo de Vigência

Valor Adicionado: R\$ 0,00

Justificativa: A necessidade da continuidade dos serviços de consultoria e assessoria de investimentos em favor do

IPML.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
(7) [PDF] Demonstrativo de vantajosidade econômica da prorrogação contratual, nos contratos de prestação de serviços de natureza contínua	Não	
(8) [PDF] Termo Aditivo	Sim	19081d9ff8fbd05f6d60f17767ddc5f5
[PDF] Certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho e prova atual do cumprimento de acordo trabalhista, quando houver	Sim	5be89a7880de1cdaa913a6608c7e5c66
[PDF] CPF ou CNPJ	Sim	7a1c9d7eb7beabef45b636606ed0198c
[PDF] Justificativa técnica	Sim	44945dfcd7855c22fe350f1cdce710b4
[PDF] Parecer jurídico, Lei 8.666/93, no seu art. 38	Sim	e4bbae0098363a93c29276d3c5fd176a
[PDF] Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal	Sim	c10757146340ee94ea286c4b01b24127
[PDF] Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal	Sim	5fa1d051b45be9f7144367659bfdabac
[PDF] Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS se Pessoa Jurídica	Sim	07c9d7a7cdf75f4efd6f396cb83990db
[PDF] Publicação do Extrato de Aditivo	Sim	9d419f2e6cddbe67e6854129b3cd65be
[PLANILHA] Planilhas com as alterações contratuais	Não	

João Pessoa, 27 de Março de 2023



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB